



## *Yom Hashoá*: breves debates sobre a memória de uma data

22/04/2020

\* Por Michel Ehrlich

O levante do gueto de Varsóvia se constituiu como o grande marco da memória da Shoá, ou ao menos o marco da memória judaica da Shoá, e que com o tempo se tornou a narrativa principal sobre o tema.

Memória, no entanto, não é sinônimo de lembrança, mas uma articulação entre lembrar e esquecer. Assim, uma reflexão por meio de uma perspectiva crítica da história precisa levar em conta essa dimensão. O que, afinal, é lembrado? O que fica de fora?

### **Um início silencioso**

No imediato pós-guerra, a Shoá era percebida pelas potências aliadas vencedoras da Segunda Guerra Mundial como uma parte das grandes atrocidades do conflito. Na recepção da mídia estadunidense, por exemplo, não eram feitas distinções entre campos de extermínio e campos de prisioneiros de guerra. Uma memória triunfalista e nacionalista ainda conseguia transformar os soldados em heróis. Os judeus e povos ciganos, que não se encaixavam muito bem nestas narrativas, eram deixados de lado. As próprias comunidades judaicas também não empreendiam muitos esforços em elaborar esse passado recente, em um misto de vergonha e foco na reconstrução da vida. Em termos de narrativa histórica, procuravam deixar o passado para trás.

Nos anos 1950, o levante do gueto de Varsóvia começou a se tornar o símbolo da memória judaica. Em 1949, o primeiro museu dedicado ao Holocausto,

---



no kibbutz Beit Lohamei Haguetat, em Israel, fora inaugurado tendo como foco quase exclusivo a revolta. Nos anos seguintes, a data de *Yom Hashoá ve Hagvurá* [dia da lembrança do Holocausto e do Heroísmo] é estabelecida no calendário oficial israelense (e nas comunidades judaicas pelo mundo em geral) marcando precisamente o levante do gueto (não na data exata, pois coincidiria com Pessach, escolhendo-se assim o dia 27 do mês de Nissan).

Porém, retornando ao questionamento inicial, o que é lembrado e o que é ofuscado nessa narrativa? De modo geral, afirmava-se uma narrativa heroica dos rebelados do gueto - tal como na memória dos aliados, a memória oficial de Estado, geralmente, é autocentrada e autolaudatória -, enquanto outras experiências eram silenciadas. Quais os motivos para isso? O principal reside na narrativa que o Estado de Israel, recém-criado e por isso ansioso por (auto)afirmação, postulava para a vida judaica na diáspora de modo geral, e para a Shoá em particular. Nessa narrativa, a vida judaica na diáspora recebia uma conotação essencialmente negativa e o judeu diaspórico seria fraco, passivo, dependente. Caberia ao novo Estado reverter todo esse caráter imaginado. Não é difícil compreender como somente a resistência armada deveria ser enaltecida nessa perspectiva. De todas as experiências da Shoá, era praticamente a única, ou ao menos a que mais facilmente se encaixava no modelo do novo judeu que Israel afirmava construir. Porém, o potencial crítico das memórias fica limitado quando, ao invés de servir para a crítica do presente, serve para seu enaltecimento. O que ficava silenciado? Todo o restante de experiências.

Fora de Israel, as comunidades judaicas, em grande medida, aderiram à versão israelense e as narrativas das potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, que adotavam uma narrativa triunfalista e auto-enaltecida, segundo a qual o passado fascista ficava para trás graças as potências ocidentais libertadoras, o que também era bastante conveniente para não olhar para as próprias

---



contradições desses países. Assim, o tom de *Yom Hashoá* girava em torno do enaltecimento da nova força judaica e da superação do passado pelo presente.

A título de exemplo, podemos analisar o caso próximo da comunidade judaica curitibana. A partir de 1959, o Centro Israelita do Paraná realizou, todos os anos, uma cerimônia no 27 de Nissan. A organização deste ato é, no entanto, curiosa aos olhos contemporâneos. Primeiramente, apesar de haver um nome oficial para o dia da lembrança, não havia uma uniformidade aqui. O nome mais comum utilizado é o sugestivo "*Yom Hagueto*" [dia do gueto], no qual fica claro o foco da cerimônia. Outro aspecto interessante é observado por uma continuidade e uma ausência. A continuidade se dá pelo ritual do acendimento de 6 velas, ao menos, desde os anos 1960. Atualmente, entretanto, o costume é chamar sobreviventes (ou na ausência destes, familiares) para acendê-las. Esse é um costume que, ao menos em Curitiba, não é observável antes dos anos 1980, e se consolida só na década de 1990. Os sobreviventes não eram integrados na cerimônia. A explicação é bastante lógica: se o que é "memorável" é o levante do gueto, não havia por que chamar alguém que não participou da resistência armada – sem falar que, como já exposto, essas outras experiências seriam motivo de vergonha, sinal de passividade e fraqueza .

### **O conceito de Resistência se amplia**

Esse cenário começou a ser modificado a partir dos anos 1970 e, mais acentuadamente, nos anos 1990, quando a historiografia e, posteriormente, os discursos de memória começaram a questionar a tese da passividade dos judeus em cenários que não os de resistência armada. Esses esforços não estão isolados, mas inseridos em uma mudança de perspectiva teórica da historiografia mundial (verificável, por exemplo, nas pesquisas sobre escravidão no Brasil).

---



É nessa perspectiva que surgem definições hoje corriqueiras, como resistência cultural, resistência espiritual e podemos falar de pessoas que mantiveram rituais religiosos, escolas clandestinas ou que contrabandeavam comida como resistentes. A partir desse momento, essas trajetórias também se tornam “memoráveis”. Consequentemente, a parcela de sobreviventes cujas histórias não eram mais motivo de vergonha, mas, pelo contrário, seriam motivo de orgulho, comoção, coesão, aumentou.

Voltando ao exemplo curitibano, o primeiro evento que consta nas fontes no qual há a presença de sobreviventes apresentados como tal (e não são pessoas envolvidas na resistência armada) ocorreu só em 1978. Se alguém se informasse sobre a comunidade judaica curitibana somente por meio da leitura da imprensa comunitária, até este ano não poderia dizer sequer que havia sobreviventes do Holocausto residindo nessa cidade, tal era o silenciamento em torno deles.

Nos anos 1990, o sucesso do filme “A Lista de Schindler” e a mundialização da memória da Shoá (embora muitas vezes seja também sua despolitização) fizeram com que essas múltiplas narrativas ganhassem força, ao ponto de nas cerimônias de *Yom Hashoá* o levante do gueto muitas vezes sequer ser mais o tema central.

## E hoje?

A partir dos anos 1970, assistimos a uma ampliação das práticas consideradas como resistências durante a Shoá. Isso foi importantíssimo para romper com o estigma da passividade e com uma narrativa histórica na qual somente os perpetradores eram, de fato, agentes da História. Porém, como já afirmado, a memória é sempre uma articulação de lembranças e esquecimentos.

---



Assim, por mais que o rol de “histórias memoráveis” tenha sido ampliado, é imprescindível continuar a se perguntar: o que fica de fora?

Portanto, seguimos constantemente remodelando as formas de lembrar a Shoá. Hoje, é preciso pensar como incluir em nossas narrativas histórias, muitas vezes incômodas, mas necessárias, que não se enquadram nesse paradigma da resistência. É preciso também evitar que a justa homenagem aos resistentes se torne um imperativo de resisitir; não cabe às vítimas a obrigação de reagir desta ou daquela forma, é sobre os perpetradores que cobranças devem ser feitas. Finalmente, devemos problematizar as (auto)afirmações de força, que pouco contribuem para a crítica do presente e o combate ao autoritarismo, ao preconceito e todas formas de discriminação. A construção de um mundo mais fraterno talvez esteja muito mais ligada a admitirmos nossas fragilidades e nos igualarmos nelas do que nos igualarmos em nossa força.

São dilemas que ainda envolvem, hoje, a construção de memórias da Shoá, e quando estes forem superados, novos certamente surgirão. A resistência se tornou um aparente ponto de consenso, mas não podemos jamais ignorar que a memória é também uma construção histórica, e, conseqüentemente, dinâmica e recheada de escolhas, parcialidades e ausências.

**\* Michel Ehrlich é historiador, professor de História Judaica e coordenador do Departamento de História do Museu do Holocausto de Curitiba.**

---